

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS

Aline Silva Nicolino¹, Ana Márcia Silva², Milena Louise Rodrigues Rosa³

1- Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutora em Educação (UFMG).

aline.nicolino@gmail.com

2- Universidade Federal de Goiás. Doutora em Ciências Humanas (UFSC).

amarciasi@gmail.com

3- Universidade Federal de Goiás. Advogada e graduanda em Educação Física (FEFD-UFG).

rosamilenalouise@gmail.com

Produção do conhecimento sobre gênero: contribuições para o campo acadêmico da Educação Física em Goiás

Este estudo mapeou a produção de conhecimento sobre gênero a partir da análise de 1.437 trabalhos de conclusão de curso (TCC) produzidos no final dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física de uma universidade pública de Goiás/Brasil entre os anos de 1994 e 2017, assim como os Projetos Pedagógicos de ambos os cursos. O levantamento mostrou que apenas 25 (1,74%) TCC abordavam as temáticas de gênero, tratadas em diferentes contextos: esportivo (11), escolar (5), das lutas (4), de formação e pesquisa (3) e de outras práticas corporais (2). Os dados indicaram uma maior produção sobre gênero dentro do contexto esportivo, sobretudo, no futebol, denunciando a discriminação sofrida pelas mulheres nessa modalidade. Indicaram, ainda, que é preciso colocar em suspeição as ‘verdades’ que marcam historicamente a condição desigual entre homens e mulheres nas práticas corporais e esportivas, sendo as formações inicial e continuada um meio potente para (re-des)construir linguagens de preconceito e discriminação no campo da Educação Física.

Palavras-chave: Gênero, Educação Física, Esporte, Escola, Formação Profissional.

Knowledge production about gender: contributions to the academic field of Physical Education in Goiás

The present study aims to map the production of knowledge about gender from the analysis of 1437 monographs produced at the end of the undergraduate and bachelor degree courses in Physical Education, from a public university in Goiás / Brazil, between 1994 and 2017, as well as the Educational Projects of both courses. The survey showed that 25 (1.74%)

monographs approached the themes of gender, treated in different contexts: sports (11), school (5), struggles (4), training and research (3) bodily practices (2). The analysis indicates a greater production on gender within the sport context, especially in football, denouncing the discrimination suffered by women in this modality. They also show that it is necessary to put in suspicion the "truths" that historically mark the unequal condition between men and women in bodily and sports practices, being initial and continuing formation as a powerful means of (re-des) constructing prejudice and discrimination in the field of Physical Education.

Keywords: Gender, Physical Education, Sport, School, Professional qualification

Producción de conocimiento sobre género: contribuciones al campo académico de la Educación Física en Goiás.

Este estudio hizo un mapa de la producción de conocimiento sobre género en base al análisis de 1,437 trabajos de finalización de cursos (TCC) producidos al final de los cursos de licenciatura y bachillerato en educación física en una universidad pública en Goiás / Brasil entre 1994 y 2017 , así como los Proyectos Pedagógicos de ambos cursos. La búsqueda mostró que solo 25 (1,74%) TCC trataba temas de género en diferentes contextos: deportes (11), escuela (5), luchas (4), capacitación y investigación (3) y otras Prácticas corporales (2). Los datos indican una mayor producción de género en el contexto deportivo, especialmente en el fútbol, denunciando la discriminación que sufren las mujeres en esta modalidad. También señalaron que es necesario poner en sospecha las "verdades" que históricamente marcan la condición desigual entre hombres y mujeres en las prácticas corporales y deportivas, siendo las formaciones iniciales y continuas un medio poderoso para (re-de)construir lenguajes de prejuicio y discriminación en el ámbito de la Educación Física.

Palabras-claves: género, educación física, deporte, escuela, formación profesional.

Introdução

Esta pesquisa parte da hipótese de que em muitos cursos de formação profissional em Educação Física no Brasil prevalece um discurso alicerçado nas ciências biomédicas, no qual majoritariamente as diferenças anatômicas e fisiológicas são entendidas como inatas. Tal discurso tem sido utilizado para imprimir marcas hegemônicas de gênero e sexualidade nos corpos (ALTMANN, 2015; ALTMANN *et al.*, 2011; LUZ JUNIOR, 2002; NICOLINO; SILVA, 2013; NICOLINO *et al.*, 2017; SILVA, 2017).

A produção teórica nos indica que há uma educação do corpo sendo operacionalizada nas escolas, assim como nas instituições de formação profissional e outros espaços, a qual legitima representações normatizadas de 'feminilidade' e 'masculinidade'¹. Uma educação constituída por ações pedagógicas diferenciadas para acessar os corpos de estudantes que vão sendo categorizados, nomeados, ampliados ou limitados a partir de vivências que as/os

¹ As aspas simples são utilizadas neste texto para sinalizar palavras ou expressões que precisam ser relativizadas e questionadas incessantemente.

constituem na cultura corporal de movimento (GOELLNER, 2013; LOURO, 1997; NICOLINO, 2012; 2018). O que significa pensar, que as diferentes formas de se constituir e de se afirmar as ‘feminilidades’ e as ‘masculinidades’ são socialmente aprendidas, representadas, institucionalizadas e transmitidas ao longo das gerações (BILA SORJ, 1992).

Partindo dessa compreensão, é possível dizer que gênero é o “aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume” (BUTLER, 2014, p. 253). É, portanto, um produto histórico, que se dá em um processo social, cultural e, sobretudo, político.

Entendemos, nesse sentido, que gênero é, “antes de tudo, uma maneira de implicar o corpo no político. Gênero é uma estilização do corpo. Não a anatomia, mas o discurso que se organiza em torno dela” (PLAZA, 2004, p. 39). O que significa pensar que o corpo não pode ser o ponto de partida analítico e sim constituído, inclusive em sua materialidade, pelas práticas discursivas que atravessam e constituem toda subjetividade.

Pensando, portanto, gênero como “uma forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos” (BUTLER, 2014, p. 261), este estudo objetiva mapear as discussões de gênero produzidas nos trabalhos de final de curso, em mais de duas décadas de ensino (1994 a 2017), assim como os projetos pedagógicos dos cursos (PPC) da licenciatura e do bacharelado em Educação Física, de uma universidade pública de Goiás.

Compreendemos que esses trabalhos produzidos para conclusão dos cursos trazem discussões sobre gênero e sexualidade² em diferentes contextos constituídos por uma determinada ordem cultural, social e, sobretudo, política sobre o corpo. Entendemos, sobretudo, que esse tipo de produção só foi possível a partir de um projeto institucional de formação materializada nos PPCs dos cursos que apresentam não apenas uma posição de sujeito e sociedade, mas marcam um lugar de fala³ coletivo proposto à educação dos corpos. Este documento oficializa o projeto da unidade acadêmica para cada formação e visa assegurar o “domínio de conhecimentos ético-político-cultural voltado para formar homens e mulheres com autonomia para agir profissional e socialmente, sendo capazes de atuar conscientemente em defesa de uma formação humana que leve em conta a vida pessoal, social e justa” (PPC/BACHARELADO, 2012, p. 4).

² Entendemos que embora gênero esteja diretamente ligado à sexualidade, ambos não apresentam o mesmo significado, “gênero refere-se à condição social pela qual somos identificados como homem ou como mulher e a sexualidade refere-se a forma pela qual vivemos nossos desejos e prazeres corporais” (BRITZMAN, 1996, p.76).

³ Esse lugar de fala não pensa o “discurso como um amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social”, como proposto por Djamilia Ribeiro (2018, p. 56).

Para sistematizar esses levantamentos propostos, organizamos a escrita em quatro partes. A primeira, nomeada “Caminhos metodológicos”, apresenta a abordagem utilizada, as justificativas sobre as fontes, o período e os procedimentos de coleta das informações, além das questões de pesquisa realizadas para abarcar os objetivos propostos. A segunda parte intitulada “Apresentação e discussão dos documentos institucionais”, indica a quantidade e descreve as informações levantadas constituindo o contexto em que as discussões de gênero aparecem nos PPCs dos cursos, buscando compreender se há uma relação entre uma maior circulação do tema nos documentos legais com a produção acadêmica das/os estudantes ao final dos cursos em questão. A terceira parte indica as “Demandas, contextos e discursos: o que os TCCs trazem sobre gênero?”, indicando as motivações que constituem as produções, os espaços de maior interesse e os discursos que marcam o tema em parte da produção de conhecimento em Educação Física em Goiás. A quarta e última parte, “Considerações finais”, busca responder aos objetivos propostos acerca das discussões de gênero que constituem a produção de conhecimento dos estudantes na instituição investigada.

Caminhos metodológicos

A pesquisa de abordagem qualitativa fez um levantamento de todos os TCCs produzidos entre os anos de 1994 e 2017, dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física, de uma instituição pública de Goiás. Foram analisados 1.437 TCCs, disponíveis nos formatos impresso e digital⁴, assim como os dois projetos pedagógicos de ambos os cursos em vigência (2018), disponíveis *online*. Contamos com o software de análise qualitativa NVivo®, versão 11, para identificar e sistematizar as informações levantadas.

A escolha pela fonte de investigação se deu pelo fato de o TCC⁵ constituir-se como o documento mais importante de sistematização e registro de demandas vivenciadas pelas/os estudantes em seus processos de formação profissional nesta instituição, tanto por compreender um processo de escrita científica individual, quanto por estar condicionada ao diploma de graduação. Para complementar essa análise, recorreremos aos PPCs dos respectivos

⁴ Os trabalhos analisados até o ano de 2014 encontram-se na Sala de Estudos da instituição investigada, local em que as monografias estão armazenadas e disponibilizadas no formato impresso para consulta pública. Somente no ano de 2015 os TCCs foram entregues, obrigatoriamente, no formato digital, período em que foi realizada a busca no sítio do Repositório Institucional. Inicialmente a busca se deu por uma lista com os nomes, títulos dos trabalhos e ano de conclusão em planilhas impressas disponibilizadas pela instituição e consultas *on line* no repositório institucional.

⁵ A monografia ou trabalho de conclusão de curso (TCC), termo utilizado pela legislação vigente e aqui adotado, constitui-se como uma importante produção acadêmica das/os estudantes e veículo para produzir, sistematizar e publicizar conhecimento científico e as demandas mais representativas do processo de formação. O desenvolvimento deste formato de trabalho é item obrigatório para a obtenção do título de graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado).

curso, por entendermos que são os documentos que oficializam o projeto político-pedagógico da instituição.

Em um primeiro momento utilizamos os seguintes descritores para mapear os documentos: gênero, sexualidade, mulher, homem, homens, feminino, aluna, aluno, professora, professor e sexo. Em seguida, foram feitas as leituras dos títulos, das palavras-chave e resumo dos TCCs buscando mapear quais entrariam na análise. Após a leitura de 40 trabalhos selecionados, considerando os agradecimentos e as dedicatórias como parte deste processo, verificamos que alguns desses trabalhos não traziam discussões sobre gênero, mas questões voltadas somente aos conhecimentos anátomo-fisiológicos, como “Perfil Nutricional, Antropométrico e Funcional de Mulheres Obesas” ou “A Instabilidade Patelofemoral na Mulher”, as quais foram desconsideradas do levantamento. Além dessas, houve 4 trabalhos que traziam os termos em seus títulos, mas que não se encontravam no acervo, por falta de devolução. Ao final do levantamento de 1.437 trabalhos, chegou-se a um total de 25 TCCs que tratavam sobre o tema, os quais foram lidos integralmente.

Após ler cuidadosamente esses documentos, elaboramos as seguintes questões de pesquisa: Quais ideias sobre o tema estão presentes nos projetos pedagógicos e nos trabalhos de fim de curso produzidas pelas/os estudantes de Educação Física? Quais as demandas, os contextos e os discursos que constituem as discussões de gênero nesses documentos? Tais perguntas buscam compreender como gênero vem sendo apresentado nos cursos, em quais contextos e com qual finalidade.

Apresentação e discussão dos documentos institucionais

Dentre as 1.437 TCCs produzidos nos anos entre 1994 e 2017 foram encontradas um total de 25 trabalhos que tratam de gênero, constituindo, portanto 1,74% do total das produções. Destes, somente cinco foram produzidos por homens e os outros 20 por mulheres. Destacamos, também, que somente dois foram produzidos por estudantes do curso de Bacharelado e, por isso, nos perguntamos: O que motiva este baixo interesse pela temática neste curso de formação? Quais as discussões de gênero presentes nesses currículos que subsidiariam as/os estudantes?

Para identificar tais questões, recorreremos aos PPC de ambos os cursos para verificar como o tema é abordado, utilizando os termos já indicados na metodologia. As buscas mostraram que há diferenças significativas entre os projetos dos cursos para tratar gênero, sobretudo, na proposição de referências bibliográficas das disciplinas. O PPC do curso de licenciatura não faz nenhuma referência aos termos gênero e/ou sexualidade no corpo do

texto. Neste documento, encontramos apenas 3 menções do termo mulheres, em que foram utilizadas na parte inicial do projeto, ao trazer sobre as perspectivas do curso e para descrever o papel e a função da prática pedagógica. O uso do termo mulheres vem acompanhado ao termo homens, em um contexto voltado ao processo de formação que propõe formar “homens e mulheres capazes de intervir na realidade, (...) *mediados* pela reflexão crítica sobre a estrutura, tendo sempre em vista a alteração *do perfil humano dos professores e dos sujeitos aprendentes.*” (PPC/LICENCIATURA, 2014, p. 6. Grifo nosso).

O que não encontramos no decorrer do projeto da licenciatura foi como trabalhar essas questões que exigem discussões sobre “as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente” (MATOS, 2008, p. 337) entre as pessoas, pelo simples fato de serem homens e mulheres. Apesar de verificarmos um inexpressivo registro de termos que tratam sobre o tema investigado, é possível identificar uma intencionalidade institucional em trazer a questão, ao afirmar que “homens e mulheres humanamente conscientes, podem construir uma educação verdadeiramente democrática, (...) compromissada com o futuro da cidade, do Estado e da humanidade” (PPC/LICENCIATURA, 2014, p.12). Entretanto, ao não usar determinados termos (gênero, sexualidade, professora, aluna) e nomear homem/ns (11 vezes), professor/es (71 vezes) e aluno (19 vezes), como representantes universais da proposta de formação humana, entendemos que a linguagem textual se operacionaliza sob o “uso genérico masculino, que desencadeia o sexismo linguístico, consolidado pela atividade de linguagem, pela prática social das línguas, deixando nestas as suas marcas” (BARROS, 2010, p. 183).

Marcas também expressas no PPC do bacharelado que apesar de encontrarmos um número maior de citações sobre mulheres (5 vezes), gênero (3 vezes), sexualidade (1 vez) e sexo (1 vez), assim como menções de professor(a) (7 vezes) e professores(as) (8 vezes), identificamos um número muito significativo de citações para os termos homem/ns (11 vezes), professor/es (60 vezes) e aluno (36 vezes), que segue a lógica de universalidade para o gênero textual masculino, tal como verificada no PPC da licenciatura. Isso pode ser observado nos enunciados dos tópicos que organizam o texto: “Expectativas da Formação do Profissional” (p. 9); “Perfil do egresso” (p. 10); “Do coordenador de estágio curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física” (p. 98); “Dos docentes orientadores” (p. 99); “Dos Acadêmicos-Estagiários” (p. 100) (PPC/BACHARELADO, 2012) e, assim, sucessivamente para marcar todos os títulos que fazem alusão as pessoas envolvidas no processo de formação.

Estudos panorâmicos sobre as discussões de gênero nas legislações e nos currículos de formação docente dos cursos de Educação Física do Brasil (NICOLINO *et al.*, 2017; NICOLINO, 2018) indicam que não há neutralidade no uso da linguagem. Esses levantamentos mostram que há uma representação do tema expresso de alguma forma em disciplinas, em torno de 10% dos documentos analisados, mas que, apesar disso, o tema é apresentado de forma pontual nas instituições investigadas, não se constituindo em uma proposta pedagógica institucional. Mostram também que há uma proposta recente no âmbito político, em garantir a discussão de gênero no processo de formação docente, exigência expressa na Resolução CNE n. 2 de 2015, mas que apesar da indicação, os estudos mencionados não encontraram a discussão do tema em outros documentos que regulam o processo de formação docente na área.

Ao mesmo tempo, é possível observar um movimento maior neste projeto em operacionalizar a linguagem com os gêneros feminino e masculino, tanto na apresentação do projeto, quanto na indicação de algumas leituras, sobretudo, complementares, presentes em 4 disciplinas obrigatórias. São elas: “Oficina Experimental”, traz 2 livros nas referências complementares, que tratam sobre as questões de gênero no contexto escolar; “Pesquisa e Ensino em Dança”, indica 1 livro sobre dança, sexo e gênero como complementar; “Fundamentos Filosóficos Sócio-Históricos da Educação Física”, apresenta um livro na bibliografia básica, sobre ser bela, maternal e feminina em meados do século XX no Brasil; e “História da Educação Física”, que também propõe este último livro como leitura complementar. Ou seja, há uma maior preocupação, em apresentar que o processo de formação em Educação Física visa

intervir na realidade a partir de parâmetros críticos e conhecimentos atuais que melhor auxiliem na leitura da estrutura, da organização e do funcionamento da sociedade, com horizontes demarcados para a construção de uma nova ética e estética social humana. É um curso que preza as inter-relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão, vinculando o saber ao fazer; a teoria à prática; a pesquisa à intervenção educativa nas diferentes tarefas e dimensões *do homem*, mediada pela corporalidade humana, em seu sentido pessoal e social. (PPC/BACHARELADO, 2012, p.10. Grifo nosso).

É curioso perceber que apesar de haver uma maior preocupação em marcar os gêneros, seja textual, pela quantidade de vezes em que foram nomeados homens e mulheres, professoras e professores, seja nas indicações de obras específicas dos estudos feministas e de gênero em 4 disciplinas, essa maior presença do tema no PPC, não resultou em uma maior produção de trabalhos de final de curso. Os dados indicam apenas 2 TCCs foram produzidos

no curso de bacharelado durante o período analisado, enquanto no curso de licenciatura foram produzidos 23 sobre o tema. Esta disparidade pode ser compreendida pelo menor período de vigência do curso, considerando que o curso de bacharelado iniciou-se no ano de 2008 e que os primeiros trabalhos foram concluídos apenas em 2011. Além disso, a cada ano entram no curso de bacharelado 40 estudantes por turma, enquanto no curso de licenciatura entram 80 estudantes por ano, nos períodos matutino e vespertino.

Atentas ao tempo de vigência e ao número de estudantes matriculadas/os em cada curso, estamos atentas também ao significado que esses documentos (PPC e TCC) representam institucionalmente. Não somente por serem produzidos pela e na unidade acadêmica que mobiliza o currículo no cotidiano, mas, sobretudo, por serem os representantes institucionais do processo de formação em Educação Física. O PPC indica os objetivos, as estratégias e as finalidades que constituem as propostas social, científica, pedagógica e, portanto, política da instituição. O trabalho de conclusão de curso por demandar meses de pesquisa, levantamentos e sistematizações, o qual é defendido perante a uma banca. Ao ser aprovado, o trabalho é arquivado em um local que visa preservar e, ao mesmo tempo, disponibilizar esses conhecimentos para consulta e novas pesquisas. Ou seja, estes trabalhos finais são compreendidos como resultado de um longo processo de formação profissional, mas também corporal e da subjetividade e marcado pelo acúmulo de discussões acadêmicas, aparatos legais e outras práticas sociais.

Partindo dessa perspectiva processual e histórica que buscamos mapear nos documentos quais saberes circulam sobre gênero. A partir dos dados, objetivamos tematizar a noção de que uma prática pedagógica que invisibiliza os conflitos e as singularidades produzidas nas práticas corporais, permite “anular o outro, em lugar de reconhecê-lo” (SARTI, 2010, p. 78). Dizer, ainda, que a invisibilidade que alguns saberes assumem perante outros, traz a responsabilidade para quem (re)produz tal lógica.

Demandas, contextos e discursos produzidos: o que os TCCs trazem sobre gênero?

O mapeamento dos 1.437 trabalhos produzidos em mais de duas décadas de existência de curso de formação profissional nos indicou que apenas 25 (1,74%) traziam alguma discussão sobre gênero, o que consideramos um quantitativo muito pequeno desta significativa produção de conhecimento das/os estudantes no formato TCC. Este dado constitui um importante indicativo para compreendermos que o processo educacional e a formação inicial de bacharéis e professoras/es instituem e reelaboram os modos de ser ‘feminino’ e ‘masculino’ e que os projetos pedagógicos da unidade acadêmica são um modo

de constituir esses marcadores. Além disso, permite explicitar a pequena dimensão que o tema ocupou nos PPCs, especialmente no curso de licenciatura, mas que ao mesmo tempo, desde o início do curso houve interesse por parte das/os estudantes em pesquisar o tema, como mostra o quadro a seguir.

Importante destacar o contexto nacional em que esta produção encontra-se inserida. Em pesquisa desenvolvida em instituição pública da capital do estado do Rio de Janeiro, os dados indicam que 60,35% dos trabalhos de conclusão de curso estavam situados nos enfoques técnicos e biológicos (BOTELHO; OLIVEIRA; FARIA JUNIOR, 2007). Entretanto, outro estudo (PESSÔA FILHO; PELLEGRINI, 1997) mostra uma tendência diferente, ao investigar os trabalhos de conclusão de curso de uma universidade pública no interior do Estado de São Paulo, indicando que a grande maioria dos trabalhos de conclusão de curso entre 1987 e 1995 situava-se na área das ciências humanas (236) e em quantidade menor (126) situava-se nas ciências da vida, conforme denominações escolhidas pelos autores.

A temática de gênero encontra-se mais próxima das subáreas sociocultural e pedagógica, enquanto no campo acadêmico da Educação Física brasileira prevalece a subárea da biodinâmica, como concluíram Manoel e Carvalho (2011), o que pode estar relacionado com o desenvolvimento de mais estudos enfocando gênero. Estes autores, ao analisarem 860 projetos de mestrados e doutorandos de 21 programas de pós-graduação brasileiros reconhecidos em 2009, observaram que 67,4% estão vinculados à biodinâmica, enquanto as duas outras subáreas sociocultural e pedagógica respondem por pouco mais de 30%. Dados não muito diferentes aparecem quando analisaram o perfil das/os professores, as linhas de pesquisa e áreas de concentração dos respectivos programas. (MANOEL; CARVALHO, 2011).

Neste estudo mapeamos os contextos pesquisados para discutir gênero, as modalidades de maior recorrência de estudo, os títulos dos trabalhos e o ano de conclusão, como segue:

Quadro 1. Informações referentes ao contexto, título, autoria e ano de conclusão das monografias.

Contexto	Modalidade	Título	Autoria	Ano
		A mulher brasileira e o futebol - uma abordagem sócio-cultural	Danyelle N. Ramos	1996
		Futebol feminino no contexto escolar: uma abordagem do ensino deste esporte dentro das aulas de Educação Física	Marcos Paulo S. Costa	1999
		Alguns apontamentos sobre representações sociais e o futsal feminino	Francione Cardoso	2000

Esportivo	Futebol	Gênero, futebol e mulher: uma abordagem sobre a participação feminina em Goiânia	Danielly da S. Pereira	2003
		Futebol feminino: representações midiáticas sobre o fenômeno esportivo	José Henrique Pereira Borba	2007
		Futebol feminino: perfil e motivação para a prática do esporte de uma equipe de Goiânia	Thaynara R. de Sousa	2014
	Vôlei	A mulher e o esporte	Sílvia F. Melo	2000
		Voleibol em Goiás: trajetória de jogadoras da seleção goiana infante de voleibol	Gabriella O. Carneiro	2014
	Escola	Esporte escolar: diálogos e reflexões sobre a discriminação da mulher no esporte	Debora R. Dias Santos	2006
		Gênero e esporte: as relações entre o esporte e a construção da identidade masculina	Elker de O. Lourenço	2008
	Rugby	A relação masculino-feminino no universo da prática do rugby em Goiânia	Ananda Alves de Azevêdo	2011
	Escolar	Preconceitos	A legitimação dos preconceitos étnico/raciais e de gênero nas aulas de Educação Física	Cleber Sousa Carvalho
Turma mista		Relações nas turmas mistas de Educação Física escolar	Edriane Pereira	2002
Conteúdos		Prática pedagógica em Educação Física, gênero e sexualidade: a questão dos conteúdos	Dennia P. Cabral	2010
Políticas de gênero e sexualidade		Políticas públicas, gênero e sexualidade: conflitos e estigmas vivenciados no sistema regular de ensino	Valleria A. de Oliveira	2010
Gênero e sexualidade		Gênero, sexualidade e educação sexual: problematizando o tema nas aulas de Educação Física	Aline R. Bernardo	2012
Lutas	Taekwondo	A discriminação da mulher nas aulas de Taekwon-do	Aida L. Paiva	1997
	Capoeira	"Menina é boa!!! Bate palma pra ela..?" um estudo sobre a participação feminina na capoeira angola em Goiânia	Janayna N. Rodrigues	2002
	Boxe	Luvas rosas, mãos pesadas: um estudo sobre a participação de mulheres na prática de boxe na cidade de Goiânia	Taciane B. Garcia Rosa	2013
	Taekwondo	Mulheres no dojan: significados e sentidos acerca da participação feminina entre praticantes de taekwondo	Beatriz A. Prado (Bach.)	2013
Formação e Pesquisa	Formação Docente	As relações de gênero na adolescência no âmbito da Educação Física escolar: uma análise das monografias da FEF/UFG	Ana Paula M. Borges	2012
	Gênero	O pesquisador produtividade em pesquisa (CNPQ) no campo da Educação Física: análise na perspectiva de gênero	Geovana A. Santos (Bach)	2016

	Currículo	A questão de gênero no currículo de formação de professores de Educação Física	Anderson S. B. de Oliveira	2016
Práticas Corporais	Yoga	Yoga: masculino ou feminino? um estudo investigativo sobre a prática de yoga em Goiânia-go	Lorena S. Baima	2010
	Dança	Homens que dançam: discutindo gênero e sexualidade no balé clássico	Mariana M. Y. Loureiro	2012

Fonte: Nicolino, Rosa e Silva, 2018.

Ao olhar o quadro é possível identificar que o contexto esportivo foi o mais procurado pelas/os estudantes para realizarem suas pesquisas, um total de 11 TCCs, sendo 6 produções voltadas para discutir o futebol, 2 para tratar sobre voleibol, outras 2 que discutem de forma ampla o esporte dentro da escola e 1 sobre Rugby. Todas produzidas por estudantes de licenciatura, sendo a primeira em 1996 e a última no ano de 2014. O contexto escolar foi o segundo de maior produção, com 5 trabalhos desenvolvidos, seguido por lutas (4), depois formação e pesquisa (3) e de outras práticas corporais (2), referentes a yoga e a dança para pensar o tema.

É sobre uma determinada representação de ‘feminilidade’ e ‘masculinidade’ que sujeita as pessoas a determinadas práticas corporais, marcadas também pelo e no processo de formação profissional que recorremos aos TCCs, no sentido de compreender para além de uma suposta ausência institucional sobre as discussões de gênero, mas conhecer as motivações, os espaços e o que essas pesquisas trazem sobre o tema. Sob essa lógica, identificamos que a falta de discussão sobre a mulher no esporte foi descrita como a maior motivação das/os estudantes para realizar a investigação sobre o tema. Os trabalhos trouxeram que mesmo havendo um número significativo de mulheres praticando, sobretudo, futebol, há poucos estudos sobre o tema no campo acadêmico e, conseqüentemente, há uma

escassez de informações sobre o futebol feminino na realidade de Goiânia e de Goiás. Tendo em vista que, não diferentemente de todo o Brasil, Goiânia/GO possui uma grande parcela de meninas que jogam futebol de campo como de salão. Isso pode ser comprovado pelo fato de ser atleta de futebol de campo, de trabalhar em arbitragem de jogos escolares e ainda, acompanhar os campeonatos goianos e os demais torneios realizados na capital. (SOUSA, 2014, p. 11).

A pesquisa desenvolvida com o rúgbi também apresenta o interesse pessoal, “pelo fato de ser praticante da modalidade e vivenciar as tensões, os olhares e juízos sobre o meu corpo, além de presenciar isto sobre o corpo das outras praticantes” (AZEVEDO, 2011, p. 9). É possível dizer, concordando com Altmann (2009), que o esporte tem sido um campo de luta

feminista, em que é ainda necessário às mulheres lutar para jogar, treinar, competir, além de lutar para serem respeitadas e reconhecidas como atletas. O futebol foi à modalidade esportiva que mais apareceu nos TCC analisados, com discussões sobre gênero e sexualidade e observações sobre o machismo dentro do futebol, como se lê no trabalho de Costa (1999, p. 47), ao mostrar “que a discriminação que este esporte traz facilita a condição de superioridade do mundo machista em relação ao feminista em nossa sociedade, onde em cada canto se pratica o futebol, por parte dos homens”.

O contexto esportivo futebolístico foi o mais pesquisado para tratar gênero e entre eles dois trabalhos nos chamou a atenção. Um que problematiza o “Futebol feminino no contexto escolar” (COSTA,1999) e outro que questiona o “Futebol feminino e as representações midiáticas” (BORBA, 2007), por terem sido desenvolvidos por meninos e por serem críticos a regulação da normalização do ‘masculino’ e ‘feminino’ na prática esportiva. Como descreve Borba (2007, p.12) ao perceber que há “na mídia e no cotidiano, a supervalorização do esporte quando praticado pelos homens, enquanto as práticas femininas ficam marginalizadas” ou quanto Costa (1999) afirma que a discriminação produzida no futebol precisa ser discutida entre as/os docentes, por entender que a ação pedagógica não pode privar as pessoas, sobretudo as mulheres, de vivenciar este esporte. Para isso, é preciso que as/os docentes “reflitam sobre a questão de gênero, da qual o direito jamais deva ser negado, tanto para homens quanto para as mulheres e que deva ser igualitário e democrático, dentro de uma instituição escolar” (COSTA, 1999, p.50).

Outro TCC o qual também analisou os esportes ditos masculinizantes foi o trabalho sobre Rúgbi, prática que se mostrou carregada de valores, conceitos e juízos predominantemente ‘masculinos’, como apontado nas produções sobre o futebol. Azevêdo mostra o quanto à entrada das mulheres neste universo foi ameaçador para aquele universo masculino (rugby), seja pelo namoro das meninas, seja pela permanência delas no clube. Segundo a autora a resistência foi grande e o time obteve projeção nacional e, por isso, “alguns pontos de maior conflito foram abrandados por ambas as partes. Talvez como uma forma de se manter a ‘boa convivência’. Isto é, cada um para o seu lado” (AZEVEDO, 2011, p. 84).

Dois TCCs, também em tom de denúncia, trouxeram a discussão de gênero para pensar o voleibol e afirmaram que não há incentivo, apoio e nem investimento público ou privado para as mulheres praticarem este esporte, sendo apenas uma prática prazerosa para elas (MELO, 2000; CARNEIRO, 2014). O estudo de Carneiro (2014, p. 26) mostra que a história da seleção goiana feminina “pode ser comparada com o início da seleção brasileira de

voleibol amador, em que as atletas tinham o prazer como principal incentivo. Essa é a realidade identificada hoje na equipe que representa o Estado nas competições nacionais.” A falta de incentivo no esporte também é apresentada por Melo (2000, p.20), ao afirmar que

As mulheres foram afastadas ou pouca incentivadas a praticarem alguma atividade física por causa dos preconceitos e estereótipos, onde os papéis sexuais e atividades desportivas recaem sobre as mulheres a menor participação nos esportes, uma vez que a sociedade determina modelos de comportamentos para a mulher, pois ninguém espera ver uma mulher suada e competitiva. Desta forma, o conflito do esporte com padrões de feminilidade torna-se intenso.

Ainda em tom de denúncia, sobre a operacionalização do gênero, mas no contexto escolar, é possível identificar o trabalho produzido por Lourenço (2008, p.11), em que partiu da experiência na disciplina de Estágio Supervisionado, “à curiosidade em pesquisar o esporte e a construção de identidades feminina e masculina, que são direcionadas para algumas modalidades esportivas”. O trabalho traz como conclusão que apesar das/os estudantes não identificarem que as práticas corporais realizadas são produzidas nas e entre as relações de gênero, “a maioria das meninas ‘prefere’ esportes que não envolvam contato físico, como voleibol e natação, ou ‘não praticam nenhum esporte’. Enquanto que os meninos responderam praticar futebol e handebol, esportes que envolvem força física e contato.” (LOURENÇO, 2008, p.40. Grifo nosso).

O esporte compreendido nos trabalhos como um fenômeno social, é também conteúdo da cultura corporal, que segundo Soares e colaboradores (1994) deve ser problematizado em cada contexto de prática e na escola deve superar a mera reprodução dos esportes convencionais (SOARES *et al.*, 1994). Nesse contexto de vigilância sobre as regulamentações impostas aos corpos escolares, o TCC de Santos (2006) traz interessantes reflexões sobre o papel da escola e das/os educadoras/es nesse processo de (re-des)construção das linguagens sexistas e discriminatórias nesse contexto, ao lembrar que

A escola, lugar construído historicamente para lidar com o saber e com a reflexão sobre os diferentes saberes sociais e culturais, continua apenas assistindo passivamente o conflito de gênero; já o professor, o principal mediador dos conhecimentos educacionais, com raras exceções vem mantendo-se ausente de contribuir com a sua parte na mediação crítica sobre estas questões. Além de não cumprir com a missão educativa de refletir sobre a realidade, o professor reforça a reprodução ideológica, a seleção dos conteúdos para cada sexo e a divisão de turma obedecendo à velha concepção biologicista de desqualificar a mulher dentro das práticas sociais e esportivas. (SANTOS, 2006, p. 78).

Essa divisão e regulação dos corpos apresentadas nos trabalhos para pensar as questões de gênero nos esportes, também foi observada nos TCCs que tratam sobre Yoga (BAIMA, 2010) e Dança (LOUREIRO, 2012), quando as autoras mostram que essas práticas não são consideradas ‘masculinas’ por não serem viris e violentas, na perspectiva apresentada pelos ‘esportes masculinos’, como o futebol e as lutas. Goellner e colaboradores (2017, p. 31) discutem sobre esta distinção entre práticas masculinas e femininas, os quais descrevem:

Como a representação normatizada de feminilidade associa a delicadeza e a graciosidade como habilidades inerentes às mulheres, várias modalidades de dança e de ginástica foram tradicionalmente associadas às mulheres, como, por exemplo, o bale clássico e a ginástica rítmica.

Nesse sentido, trazemos que não desconsideramos que haja diferenças entre homens e mulheres, mas também problematizamos que existem diferentes homens e diferentes mulheres, alguns têm dificuldade ou não gostam de futebol e algumas não gostam de dança. Ao mesmo tempo, essas pessoas não podem deixar de praticarem o que gostam por imposição e/ou pela falta de possibilidade pedagógica em vivenciar determinadas práticas corporais, em virtude de preconceitos e desconhecimento. Ou seja, a Educação Física escolar deveria problematizar esta questão de esporte ‘feminino’ e ‘masculino’, sendo mediada pela/o professora/r por meio de um trabalho coeducativo sobre estas concepções estereotipadas do feminino e do masculino, possibilitando que todas/os possam vivenciar da melhor forma possível as práticas da cultura corporal. (ALTMANN; AYOUB; AMARAL, 2011)

As análises dos TCCs indicam o quanto a divisão entre homens e mulheres está presente na Educação Física seja nos esportes, nas lutas e em diferentes contextos culturais, assim como na família. Como alerta Pereira (2003, p.44), ao descrever sobre a participação feminina no futebol em Goiânia, que retoma a

importância de um esforço coletivo de técnicos, sociólogos do esporte, e de todos nós enquanto profissionais, que possuem o esporte como conteúdo de nossa área de atuação, nos esforçamos para a transmissão de um conhecimento crítico dos elementos da cultura corporal que contribua para a transformação da atual realidade de submissão da mulher na sociedade de maneira geral. Contudo, também devemos ressaltar a importante discussão, sobre a necessidade da criação de políticas públicas que proporcione o acesso, ao esporte a todos os segmentos da sociedade, dentre os quais as mulheres.

Essas informações são significativas para identificarmos os diversos investimentos e formas de (re-des)construção de discursos sobre gênero possíveis no processo de formação em Educação Física, como mostra a dissertação da Araújo (2015), ao pesquisar os saberes

sobre gênero presentes no curso de formação docente em Educação Física na mesma universidade. O estudo analisou os documentos regulatórios da licenciatura na área, o PPC, aplicou questionário às/aos estudantes do último ano e realizou entrevista com a coordenação do curso, chegando à conclusão que ainda há um silenciamento dessa temática nesses documentos, mas que apesar disso, é possível identificar tentativas de discussão sobre o tema no processo de formação, que

se fazem presentes no trabalho pedagógico do curso, manifestando-se a partir de intervenções pontuais de algumas/uns professoras/es, seja por conta da sua aproximação e interesse pela temática, seja pela necessidade de lidar com alguma problemática sobre gênero ocorrida durante o processo de formação docente, ou relacionada ao contexto educacional. (...) tais discussões estão articuladas com as indicações previstas nas políticas públicas nacionais voltadas para a educação, as quais estão presentes em leis, diretrizes e parâmetros que buscam orientar as propostas educacionais do país, dentre elas LDB, PCN, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e para os cursos de Graduação etc. (ARAÚJO, 2015, p.113).

Outra pesquisa de mestrado realizada na mesma instituição investigada mostra o quanto as questões de ordem biológica, hormonais e anatômicas foram significativas para as/os estudantes de todos os períodos representarem os gêneros ‘feminino’ e ‘masculino’ nas práticas corporais. Ao analisar as respostas do questionário, a autora conclui que

o futebol e a dança são as que mais trazem memórias de diferenciação, sendo atividades generificadas na história, visto que alunas e alunos ainda reproduzem a ideia da legitimidade masculina para a prática do futebol e a feminina para a dança. A justificativa das/dos estudantes para diversas formas de não participação se enraizou no determinismo biológico, que percebe a aparência das diferenças biológicas como inatas e universais, com a força pertencente ao homem e a delicadeza à mulher. (EVANGELISTA, 2018, p. 101).

Essas duas dissertações (ARAÚJO, 2015; EVANGELISTA, 2018) trazem o quanto as vivências corporais ou a falta delas atravessam e constituem a educação do corpo de cada estudante, não apenas durante o processo de formação acadêmica, mas em sua trajetória, em diferentes tempos e espaços. Os estudos corroboram com os nossos levantamentos ao mostrarem o quanto às discussões de gênero “[...] não desconsidera o biológico do corpo, mas privilegia compreender os processos mediante os quais a anatomia do corpo é tomada como sendo a causa e a explicação de diferenciações e posicionamentos sociais” (GOELLNER, 2005, p. 209). De tal modo, que é possível reconhecer o lugar de fala em que essa cultura corporal está representada e vem sendo denunciada nos TCCs analisados, como

“possibilidade de se formar resistência efetivas” e assim, lutar para mudar a realidade de preconceitos e discriminações na escola, na família, no esporte, entre outros lugares (PARAÍSO, 2016, p. 406).

Considerações Finais

Este estudo buscou identificar e mapear as marcas de gênero presentes na produção de conhecimento de uma instituição pública de Goiás, em duas décadas de ensino, partindo da hipótese de que a categoria sexo não é natural, mas naturalizada na história. Isto é, trazemos as categorias ‘homem’ e ‘mulher’ como políticas e não como um fato natural (WITTIG, 1970). É nesse sentido, que ao olharmos para o campo acadêmico da Educação Física, que trabalha com aportes teóricos feministas e de gênero, identificamos denúncias sobre o ‘status de verdade’ que o discurso anatômico produz nos corpos das pessoas ao nomear e classificar a fragilidade, a delicadeza, a força e/ou a violência, por exemplo, como marcas naturais de determinados corpos. Esta hipótese foi confirmada, em certa medida, neste trabalho, visto que toda a produção analisada problematiza e denuncia o biológico como justificativa de desigualdades e privilégios dos homens sobre as mulheres, sobretudo, nos espaços esportivo e escolar.

O levantamento traz, nesse sentido, que estar marcada enquanto mulher, tomando por base a ideia de Beauvoir (1949), é constituir-se a partir do outro (homem). Significa pensar que ser mulher “é ser, antes de tudo, o ‘segundo sexo’” (JOHANSON, 2019, p. 12). Este elemento pode ser observado também no uso genérico masculino – o homem, o professor, o aluno – identificado nos documentos analisados e que buscava nomear as pessoas que constituem o processo de formação docente da unidade investigada. Ao verificarmos o inexpressivo uso de termos como gênero, mulheres, professoras e alunas nos documentos oficiais dos cursos (PPCs) e o expressivo uso de homem, professor/es e alunos para apresentar o processo de formação humana, pedagógica e política da unidade, reconhecemos marcas sexistas que constituem a linguagem desses documentos. Acreditamos, portanto, que o uso dos termos não é neutro e sinaliza uma escolha teórica que vem produzindo efeitos diversos nas políticas educacionais voltadas para o campo da Educação Física, como a invisibilidade, ainda que apresentem uma tendência de mudança e superação desta concepção nos documentos institucionais.

Além disso, é importante mencionar que há uma significativa produção teórica no campo da Educação Física sobre a discussão de gênero, que vem sendo constituída desde os anos de 1990, (LUZ JUNIOR, 2001; DEVIDE *et al*, 2011; GOELLNER, 2013), produzindo

saberes e políticas sociais para pensar e problematizar os desafios sociais e acadêmico, curricular e político produzidos nas/pelas práticas corporais. Contudo, apesar dessa expressiva movimentação acadêmica e política, identificamos que há poucos estudos de mapeamento na Educação Física sobre como gênero, sobretudo, relacionados aos documentos que regulam a formação da área (NICOLINO *et al.*, 2017), o que reforça a relevância deste estudo neste tipo de pesquisa para a área.

Nesse contexto, ao identificarmos os trabalhos, as modalidades, os temas, as pessoas e o período em que foram desenvolvidos, não estamos mapeando quantitativos de uma instituição em Goiás, mas, também, as escolhas temáticas e teóricas que demandam uma posição política de enfrentamento da lógica hegemônica vigente. O percentual de 1,74%, 25 TCC que trata da temática de gênero num total de 1.437, pode ser considerado inexpressivo, porém indica um crescimento nos últimos anos do período analisado. Além disso, observamos que dos dois PPCs vigentes, é o mais recente que traz uma incorporação dos termos mulher, professora e disciplinas e bibliografias que abordam gênero, o que também pode ser considerado significativo. Pode-se dizer que há uma nova política sendo operacionalizada no processo de formação e que parece estar sinalizada nos textos, nas demandas, nas denúncias, nas resistências e no reconhecimento do lugar de fala, sobretudo, das mulheres nos espaços esportivos, escolares e nas lutas.

É possível verificar nos TCCs analisados que os conflitos de gênero estão presentes, especialmente, nos esportes, nas aulas de Educação Física e nas lutas, os quais parecem estar sendo tensionados por meio de pesquisa, produção do conhecimento e subsidiando práticas pedagógicas diferenciadas. Cabe, porém, destacar, que o número e os contextos, bem como sua capacidade de aprofundamento na condição de trabalho de final de curso de graduação, ainda são insuficientes para fazer frente ao desafio posto pela temática de gênero no complexo campo da Educação Física, nas diferentes práticas corporais que abarca e nos diferentes âmbitos de atuação profissional que permite.

Os resultados deste estudo indicaram, portanto, que para (re-des)construir linguagens e expandi-las é preciso colocar em suspeição “as justificativas que historicamente foram construídas para manter a condição desigual entre homens e mulheres, entre feminilidades e masculinidades no entorno das práticas corporais e esportivas” (GOELLNER, 2013, p. 39). Essa questão é representativa para este estudo, pois indica que para estruturar um imaginário sobre a condição social em que somos identificadas/os como ‘homem’ ou como ‘mulher’ demandou tempo e investimentos e que repensar a formação inicial é urgente, para transformar a invisibilidade em potencialidade de mudança. É necessário, ainda, discutir e

proporcionar espaços de reflexão e de produção do conhecimento sobre o tema durante a formação acadêmica, no sentido de repensar os silêncios que marginalizam, a falta pedagógica que impossibilita vivências e as ações que conformam uma determinada educação do corpo heteronormativa.

Referências

ALTMANN, H. **Educação Física escolar: relações de gênero em jogo**. São Paulo: Cortez, 2015.

ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto, 2011.

ARAÚJO, L. W. **Gênero e educação: um estudo sobre os saberes produzidos na formação inicial de professoras/es**. Dissertação, 2015. (Programa de Mestrado Interdisciplinar em Direitos Humanos). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

AZEVEDO, Ananda Alves de. **A relação masculino-feminino no universo da prática do rugby em Goiânia**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2011.

BAIMA, Lorena Soares. **Yoga: Masculino ou Feminino? um estudo investigativo sobre a prática de yoga em Goiânia-Go**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2010.

BARROS, D. E. C. **Gêneros gramatical, textual e social nos estudos linguísticos**, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/lessandro/Downloads/9950-45127-1-PB.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

BILA SORJ. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (orgas). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992.

BEAUVOIR, S. **Segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. Vol. 1. São Paulo: Circulo do Livro, 1949.

BORBA, José Henrique Pereira. **Futebol feminino: representações midiáticas sobre o fenômeno esportivo**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2007.

BOTELHO, R. G; OLIVEIRA, C. C.; FARIA JUNIOR, A. Tendências das memórias da licenciatura do instituto de educação física e desporto da universidade do estado do Rio de Janeiro (1992-2005). **Revista de Educação Física**. 2007, 138, p.13-22.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. Porto Alegre, **Revista Educação & Realidade**, v 21, n 1, jan-jun. de 1996.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.42, p.249-274, 2014.

CARNEIRO, Gabriella de Oliveira. **Voleibol em Goiás: trajetória de jogadoras da seleção goiana infante de voleibol**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2014.

COSTA, Marcos Paulo da Silva. **Futebol Feminino no contexto escolar: uma abordagem do ensino deste esporte dentro das aulas de Educação Física**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 1999.

DEVIDE, F. P; Osborne R, Silva ER; Ferreira RC; Clair ES; Nery LCP. Estudos de gênero na educação física brasileira. **Motriz**, n 17, v 1, p. 93-103, 2011.

EVANGELISTA, K. C. M. **As relações de gênero na educação do corpo**. Dissertação, 2018. (Pro Programa de Pós-graduação em Educação). Faculdade de Educação FE. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

GOELLNER, S. In: GONZÁLEZ, F.J; FENSTERSEIFER, P. E. (orgs). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2005, p.207-209.

GOELLNER, S. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In: DORNELLES, P.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. (orgas.). **Educação Física e gênero: desafios educacionais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013, p. 23-44.

JOHANSON, I. A dimensão ética de Simone de Beauvoir. **CULT**. Edição especial: Simone de Beauvoir e os paradoxos do feminino. São Paulo, n 10, ano 22, janeiro de 2019.

LUZ JUNIOR, A. A. **Gênero e Educação Física: o que diz a produção teórica brasileira dos anos 80 e 90?** Mestrado em Educação Física. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 122 folhas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/79868/177473.pdf?sequence=1>.

LOUREIRO, Mariana Mayumi Yamada. **Homens que Dançam: discutindo gênero e sexualidade no balé clássico**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2012.

LOURENÇO, Elker de Oliveira. **Gênero e Esporte: as relações entre o esporte e a construção da identidade masculina**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUZ JUNIOR, A. A. Gênero e Educação Física: tornando visíveis fronteiras e outras formas de reconhecimento. **Revista Motrivivência**, n19, 2002.

MANOEL, E. J., CARVALHO, Y. M. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, Vol. 37, Nº. 2, 2011, págs. 389-406

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências. Florianópolis, **Revista Estudos Feministas**, v 16, n 2, p. 333-357, maio-agost., 2008.

MELO, Sílvia Ferreira de. **A Mulher e o esporte**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2000.

NICOLINO, A. **Desafios e possibilidades das identidades de gênero e sexualidade na escola**: ampliando e pluralizando ações educativas. Relatório de Pesquisa enviado ao CNPq, referente ao Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 020/2010, em dezembro de 2012.

NICOLINO, A. Gênero nos currículos da formação docente em Educação Física no Brasil. In: PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. S. (orgas). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2018, p. 73-92.

NICOLINO, A. *et al.* Educação Física e gênero: um estudo panorâmico da legislação e dos currículos de formação docente na América Latina. In: SILVA, Ana Márcia; BEDOYA, Victor Molina(orgs.). **Educación Física em América Latina**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 107-132.

NICOLINO, A; SILVA, A. M. Corpo e gênero na percepção de educadoras/es. In: DORNELLES, P.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. (orgas.). **Educação Física e gênero**: desafios educacionais. Ijuí: Editora Unijuí, 2013, p. 91-120.

OLIVEIRA, Anderson de Souza Bueno de. **A questão de gênero no currículo de formação de professores de Educação Física**. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2016.

PEREIRA, Danielly da Silva. **Gênero, Futebol e Mulher**: uma abordagem sobre a participação feminina em Goiânia. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2003.

PESSÔA FILHO D. M.; PELLEGRINI A. M. Evolução, tendências e contribuição do trabalho de formatura nos cursos de educação física da UNESP/RC. **Motriz**, 1997; 3(1):1-10.

PLAZA, J. P. Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: GONÇALVES, Eliane. (orga.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: reflexões e experiências. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004.

PPC. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. Universidade Federal de Goiás (UFG/GO). Departamento de Educação Física: **Bacharelado em Educação Física**, Goiânia, 2012. Disponível em: https://fefd.ufg.br/up/73/o/PPC_Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica_Bacharelado_2013.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2018.

PPC. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. Universidade Federal de Goiás (UFG/GO). Departamento de Educação Física: **Licenciatura em Educação Física**, Goiânia, 2014. Disponível em: https://fefd.ufg.br/up/73/o/PPC_EF_Vers%C3%A3o_final.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2018.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte, Editoras Letramento; Justificando, 2017.

SANTOS, Debora Regina Dias dos. **Esporte Escolar**: diálogos e reflexões sobre a discriminação da mulher no esporte. Monografia de Graduação. Goiânia – GO: UFG, 2006.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. Florianópolis, **Revista Estudos Feministas**, v 12, n 2, p. 35-50, maio-agosto de 2004.

WITTIG, M. **Ninguém Nasce Mulher**, 1970. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/ningu%C3%A9m-nasce-mulher-monique-wittig>. Acesso em 02 de janeiro de 2019.